

13 de agosto em defesa da aposentadoria e da educação



A promíscua relação da Lava Jato com os bancos (pág. 9)



LUÍSA: em 87 países, campanha pela libertação da dirigente do PT da Argélia

Diálogo e Ação Petista

Inscritas chapas para o PED de 8 de setembro
pág. 5

Luta de classe

Vem aí o 13º Congresso da CUT
pág. 7

Nacional

"Future-se" ataque inédito ao ensino superior
pág. 10



Lula Livre

“Uma JPT viva na resistência”

A Juventude Revolução, que em congresso realizado em agosto de 2018, decidiu integrar-se ao PT está mobilizada na discussão do 7º Congresso nacional do partido. João Santana, da coordenação da Juventude Revolução do PT de São Paulo, falou a O Trabalho sobre como está vendo a processo.

O Trabalho - Convocado o 7º Congresso, vocês lançaram uma carta aos jovens petistas, o que propõe a carta?

João Santana – Quando o Diretório Nacional do PT convocou o 7º Congresso nós consideramos que era preciso dialogar com todos os jovens petistas, muitos recém filiados, para discutir como responder às expectativas destes jovens que apesar de toda operação contra os partidos, e em particular contra o PT, estão no partido com a expectativa de lutar pelo nosso futuro. Na carta nós levantamos, em particular, a necessidade de uma Juventude do PT (JPT) autônoma. Uma JPT viva na resistência lutando pelos interesses da juventude.

Nesse momento onde a juventude vem sofrendo diversos ataques com cortes de verbas na educação, um alto índice de desemprego e o genocídio em particular dos jovens negros da periferia, é muito importante fazer o debate da juventude que queremos no nosso partido.

OT- Explique melhor esta questão da juventude autônoma

JS - A JPT não precisa esperar uma autorização da direção para falar ou agir, nem ficar presa dentro dos mandatos e gabinetes. É possível. Foi assim, por exemplo, que a JPT questionou o governador da Bahia Rui Costa (PT) quando ele falou que era a favor de cobrar mensalidade nas universidades públicas. Nós jovens queremos ser parte viva nas lutas, não sermos lembrados apenas na hora de cumprir as cotas no PED (eleição interna), que obrigam ter um número mínimo de jovens para conseguir se inscrever. Outro aspecto importante que a carta traz, é a importância da JPT com finanças próprias, com contribuição voluntária de seus militantes além de atividades de arrecadação, isso é fundamental para termos uma independência política sem depender de ninguém. Nesse momento em que a resistência continua contra o desmonte da educação pública e se soma aos trabalhadores na luta contra a reforma da Previdência, é necessário discutir sobre uma JPT autônoma para lutar pelos interesses dos jovens no Brasil.

OT- Como a JR do PT está participando na preparação do 7º Congresso?

JS - Em maio e junho contribuimos nas mobilizações e na campanha de filiação ao PT que estava em curso.

Fizemos várias banquinhas para filiar na porta de escolas, universidades, bairros e manifestações políticas.

Nós vimos um espaço para discussão das nossas preocupações no Diálogo e Ação Petista. No final de junho participei da reunião do Comitê Nacional do DAP onde apresentamos nossa carta e discutimos a questão da autonomia da JPT. Esta questão foi integrada pelo DAP na sua plataforma. Por isso decidimos caminhar juntos com o DAP no 7º Congresso, integrando as chapas que ele apresenta.

Ao mesmo tempo que preparamos o congresso, queremos ajudar na organização das lutas por educação gratuita e de qualidade contra esses cortes perversos de Bolsonaro, por mais empregos, para ter acesso à cultura, espaços de esporte e lazer, a defender suas vidas contra o genocídio da juventude negra. Estamos debatendo nos núcleos da JR do PT e ampliando com jovens que estão na resistência, que enxergam no PT uma alternativa política capaz de lutar contra o governo. Trabalhamos com nossa carta aos jovens petistas no 57º Congresso da UNE, com jovens de todo país. Houve uma recepção positiva, muitos querendo saber como participar do Congresso do PT, pois buscam uma forma de organização partidária que se identifique com a juventude.



João Santana

OT - E o dia 13 de agosto, em defesa da Educação e da Aposentadoria, como estão preparando?

JS - A JR do PT tirou uma série de atividades como panfletagens e reuniões em escolas e universidades aproveitando o retorno das aulas para preparar o dia 13. Achamos que a JPT deveria se jogar de cabeça nessa batalha, mostrando sua força e disposição. A ideia é discutir com os estudantes os impactos que a Reforma da Previdência vai ter para nós jovens em um cenário atual onde uma perspectiva de futuro é cada vez mais difícil. Uma prova disso é o aumento no número de suicídio entre jovens. O último estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra um aumento de 73,0%. Por isso a JR do PT se soma as mobilizações e atividades em todo o país para dizer para defender a Educação e dizer Não à contrarreforma da previdência.

Sucessão de ataques à Educação

Cortes na ciência ameaçam destruir a soberania nacional

O governo anunciou neste 30 de julho um novo corte (R\$1,44 bi), atingindo novamente a Educação que já teve um contingenciamento de R\$6,1 bi neste ano.

Em junho, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) já havia anunciado novo corte de 2,7 mil bolsas na pós-graduação, ultrapassando 6 mil bolsas cortadas. A medida é mais uma tesourada na ciência brasileira.

Em 24 de julho o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, principal órgão de pesquisa), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O CNPq anuncia também que o orçamento previsto para 2019 é insuficiente até mesmo para pagar as 84 mil bolsas que já estão em vigência.

Essa situação faz milhares de jovens desistirem de estudar.

Sem barco e sem porto para voltar

Para Miguel Nicolelis, um dos maiores cientistas do mundo, está em curso “um projeto de dominação, um projeto de extermínio da soberania”. Para Nicolelis, “o desmonte do sistema educacional e dos projetos de iniciação científica, notadamente o Ciência sem Fronteiras, é parte essencial desse projeto”. Ele chama a atenção para a situação dessa “juventude, que apostou na carreira científica, que apostou em fazer doutorado, pós-doutorado, sair do Brasil para ver o que tem acima das nuvens, e que estava preparada para voltar ao Brasil e pegar o bastão da minha geração –eu tenho 58 anos–, essa geração de repente não tem o barco e não tem o porto para voltar”.

Bolsonaro já deixou claro que quer destruir a soberania nacional ao cortar verbas da educação, entregar Prê-sal e ampliar privatizações. Agora, mira as universidades federais com o projeto “Future-se” (ver pag. 10). Esse governo autoritário e obscurantista é um risco para o futuro da juventude,



uma ameaça à nação.

No Brasil, falar de ciência e inovação é falar das universidades públicas. Cortar verbas para produção de ciência e tecnologia, diminuir bolsas, reduzir recursos para universidades significa aumentar a dependência ao mercado internacional.

Lutar contra os cortes na educação e a privatização das universidades é uma questão de soberania nacional.

“Lutem! Continuem protestando. Continuem tentando fazer a sua voz ser ouvida. Não tem outra saída.” destacou Nicolelis. É isso aí. É hora de reforçar o dia 13 de agosto, em defesa da Educação e da Aposentadoria. Essa é a principal tarefa das entidades estudantis como UNE e a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

Hélio Barreto

Derrotar o governo e reverter a tragédia

A destruição da nação e das conquistas dos trabalhadores segue em passo acelerado.

Cortes e mais cortes devastam o ensino e a pesquisa no Brasil. Privatizações desmantelam as estatais – como a privatização da BR Distribuidora da Petrobrás. Empresas fecham, mais trabalhadores no desemprego, os salários caem e direitos são aniquilados.

No quadro desta tragédia tamanha Bolsonaro governa com o método de criar crise atrás de crise para coesionar seus fanáticos e seguir prestando o serviço para o qual foi contratado pelo imperialismo. Contrato avalizado pelas instituições, pelos partidos da burguesia e pela grande mídia. Agora, hipocritamente, setores destes avalistas pousam de indignados com os despautérios do presidente que eles forjaram. Como a repulsiva declaração contra Fernando Santa Cruz, assassinado pela ditadura militar. O Estadão, que animou a perseguição ao PT em infinitos editoriais, passando por FHC e Dória, a Rede Globo que, com Moro, julgou e condenou Lula através do Jornal Nacional, até o Supremo Tribunal Federal que fez vistas grossas à ilegalidade, querem posar agora de democráticos?! Todos são cúmplices da campanha contra o PT que foi fermento para Bolsonaro.

Hipocritamente ruborizados seguem

avalizando o governo, pois são unânimes na política de entregar a nação e destruir o que os trabalhadores conquistaram para protegerem-se da exploração do capital.

É por isso que passa incólume – no poder Judiciário e na grande mídia - a promiscuidade da Lava Jato com o Departamento de Justiça dos EUA e, como recentemente revelado, com os bancos, para impedir que Lula disputasse as eleições.

E os ataques vão prosseguir.

EM 13 DE AGOSTO ABRIR UM SEMESTRE DE LUTA

Com o fim do recesso parlamentar o Congresso vai retomar, em segundo turno, a votação da PEC 06. Tal como aprovada em primeiro turno ela é a destruição da Previdência Social.

É por isso que os trabalhadores e os estudantes também voltam à cena no próximo 13 de agosto, em defesa da educação e da aposentadoria. E por aí devem prosseguir, pois não há outro caminho.

O caminho é reunir as condições para impor, através da luta, uma derrota a todo governo. A Bolsonaro, Morão, Moro, Maia, e todos seus comparsas que estão destruindo

o Brasil.

Faz parte da pavimentação deste caminho reforçar o PT como instrumento de luta da classe trabalhadora.

O processo do 7º Congresso do partido, aberto com as inscrições das chapas, deve ter no centro esta tarefa: dotar o PT de posições que o coloquem à altura de ser o instrumento desta luta.

O Diálogo e Ação Petista inscreveu sua chapa nacional. Agora começa a tarefa de reunir e discutir com os filiados, convidando-os a se somarem às propostas da chapa.

“Unidade para fortalecer o PT! Em defesa dos trabalhadores e da democracia! Lava Jato é fraude! Lula Livre já! Pelo fim do governo Bolsonaro.”

Este é o chamado que faz a contribuição do Diálogo e Ação Petista ao 7º Congresso do PT. Os grupos de base do DAP e as chapas municipais e estaduais nas quais ele está presente têm a tarefa, nas próximas cinco semanas, de fazer este chamado chegar ao maior número de petistas. Até o 8 de setembro (dia da votação), que o DAP propõe ser um dia de mobilização por Lula Livre.

Tarefa que integra ajudar, nos próximos dias, para que o 13 de agosto seja a abertura de um semestre que reforce a luta para derrotar o governo e reverter a tragédia.

FOME AUMENTA NO MUNDO

De acordo com dados publicados em 15 de julho pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a fome afetou 821 milhões de pessoas no mundo em 2018. Isso representa 11% da população mundial. De acordo com a pesquisa são mais 10 milhões de pessoas no mundo que passam fome em relação aos dados de 2017. O relatório da FAO alerta que os indícios mostram que esse número deve continuar a subir nos próximos anos.

DESMATAMENTO AMEAÇA FLORESTA AMAZÔNICA

Segundo dados do Deter (Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real) ligado ao Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil o desmatamento na Amazônia aumentou impressionantes 57% em comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo a pesquisa foram desmatados 769 Km2 de floresta só no mês de junho. O cientista Paulo Artaxo, doutor em física atmosférica pela Universidade de São Paulo (USP) e estudioso da Amazônia há várias décadas alerta que o aumento do desmatamento pode levar a destruição completa da floresta. Em entrevista dada ao site BBC Brasil o cientista explica que no ritmo atual em 8 anos o desmatamento pode chegar a um limite irreversível. Pois o tamanho da área desmatada mudaria o ecossistema da Amazônia de maneira a tornar o restante da floresta que resta em pé insustentável.

PETROBRÁS RECUSOU ABASTECER NAVIOS DO IRÃ

Os navios Termeh e Bavand provenientes do Irã, que juntos transportam uma carga de 100 mil toneladas de milho brasileiro exportado para o Irã, ficaram parados mais de 50 dias em portos brasileiros. O motivo foi a recusa da Petrobrás, única fornecedora de combustível para esse tipo de navio no Brasil, em abastecê-los. A empresa seguia ordens do governo Bolsonaro que, subserviente a política estadunidense, aplicou no Brasil o embargo econômico que o governo Trump impõe ao Irã. O abastecimento só foi feito depois que a Eleva, empresa que fretou os navios para exportar o milho, conseguiu, na justiça, obrigar a Petrobrás a fornecer o combustível.

Memória

BANCÁRIOS DE SÃO PAULO PREPARAM GREVE EM 1978

“A classe trabalhadora, que iniciou suas greves no ABC, aponta um caminho claro: melhores condições de vida, nem Arena nem MDB, pela criação do Partido Operário e pelo sindicato independente”. O discurso de um bancário da oposição, um dos primeiros da assembleia geral dos bancários em continuidade à campanha salarial, dia 27, animou a reunião (...). Cerca de mil bancários compareceram à Casa de Portugal, dispostos a preparar a greve da categoria. A oposição, apresentando propostas claras, dirigiu a assembleia desde o seu começo. (...) A assembleia que deu vitória à oposição foi resultado de várias reuniões por banco realizadas no sindicato, onde compareceram todos os dias cerca de 150 pessoas.

O Trabalho nº 6 – 1/8/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

O Diretório na véspera das eleições internas do PT

“Governadores não aprenderam nada”?

O Diretório Nacional se reuniu no dia 19 de julho, seguido a noite pelo Ato de lançamento do 7º Congresso do PT. Após informes das bancadas, do Comitê Lula Livre, do diretor da CNTE (Confederação da Educação) sobre o dia 13 (v. pág. 6) e da Fundação Perseu Abramo, abriu-se um debate de conjuntura com 15 falas heterogêneas.

Markus Sokol, pelo Diálogo e Ação Petista, pautou em parte o debate ao criticar, no balanço da luta contra a reforma da Previdência, a ação de três governadores do PT (Bahia, Ceará e Piauí) que pediram votos a deputados aliados deles (v. OT 850), enquanto a bancada de deputados votava coesa não à PEC 06, em sintonia com a base social. “Esses governadores atrapalharam” disse Sokol, “será que não aprenderam nada nos 13 anos de governos do PT? A discussão da conciliação foi descartada?”. Outros três oradores foram nessa linha, e só apareceram dois membros do DN (da CNB, no caso) para defender a ação dos governadores “na sua realidade”, ou porque “seria pior sem eles”.

Mas nenhuma resolução de conjuntura foi adotada, o que também quer dizer que segue em vigor a decisão da reunião de março do DN que orien-

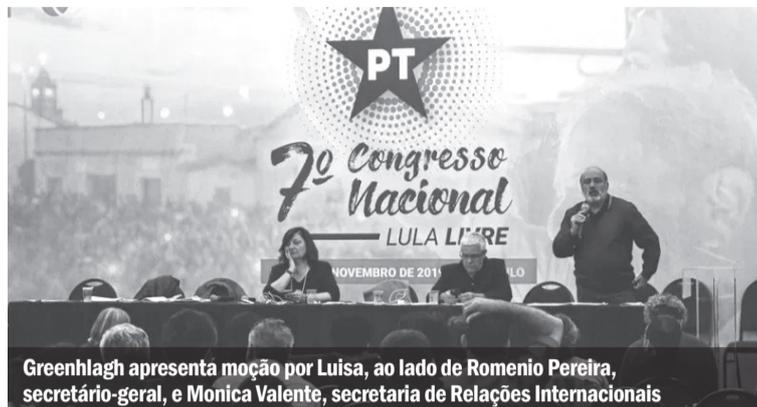
tou o voto Não na PEC 06, agora no 2º turno e depois no Senado.

Polêmica no PED

O processo eleitoral direto (PED) de direções e delegados ao 7º Congresso (v. pág. 5) foi longamente discutido e alterado. O DN terminou por liberar todos os filiados (exceto quem tem algum cargo) de estar em dia com as finanças para votar. Mas o principal debate (precisou duas contagens de votos), foi o da adoção de uma tese-guia no próprio Congresso em novembro, pelos 800 delegados.

Todas as outras forças, exceto o CNB e o DAP, opuseram que o texto-base do Congresso fosse o da chapa majoritária agora no PED do 8 de setembro, que iria para discussão numa comissão proporcional aos votos das chapas, e daí ao Congresso. De fato, encerrava a discussão de fundo no dia do PED em setembro (antes dos congressos estaduais em Outubro), e remetia às cúpulas numa comissão.

Os 3 votos do DAP deram a vitória à posição da CNB neste ponto por 44 a 41, em que Misa Boito do DAP fez uma



Greenhalgh apresenta moção por Luísa, ao lado de Romenio Pereira, secretário-geral, e Monica Valente, secretária de Relações Internacionais

das defesas. A decisão favorece um debate mais amplo e aberto, inclusive porque teses ainda podem ser registradas para os candidatos a Presidente e chapas ao DN, de 15 a 25 de setembro.

Luísa Livre!

Por proposta da Secretaria de Relações Internacionais, foi apresentada pelo secretário-adjunto, Luiz Eduardo Greenhalgh, membro do DAP, uma moção de solidariedade à Luísa Hanune, ex-candidata a presidente na Argélia, aprovada por aclamação:

“O PT conhece pessoalmente Luísa dos eventos auspiciados por seu partido em Argel, em nome do Acordo Internacional dos Trabalhadores. Num gesto generoso, o presidente Lula, da cela de Curitiba, lhe enviou uma mensagem fraterna, mostrando

como a solidariedade entre os povos não tem fronteiras, nem mesmo é impedida pelas grades das prisões. O PT manifesta ao povo e as autoridades da Argélia, como à opinião pública nacional e internacional, sua demanda pela imediata libertação de Luísa Hanune”.

Haddad presidente?

Depois, no lançamento do 7º Congresso, houve certo mal-estar quando a mestre de cerimônia da Executiva, Gleide Andrade, anunciou Fernando Haddad “o próximo presidente do Brasil”. Ele não se fez de rogado. Mas Lula está preso e não há qualquer decisão de instância, ou mesmo de tendência, de lançar o ex-prefeito derrotado em outubro numa eleição daqui há três anos. O pior foi ele pretender dar “um recado do Lula”, que tinha visitado em Curitiba, de que o PT tinha que “calibrar o discurso, capitalizar a votação da Previdência”, e no 2º turno, “melhorar o texto que está tramitando”. Felizmente ou não, a grande imprensa não cobriu o Ato.

João Alfredo Luna

O que está em jogo no 7º Congresso do PT?

O partido pode jogar um papel pelo fim do governo Bolsonaro

A tese do Diálogo e Ação Petista para a eleição de delegados nacionais ao 7º Congresso, uma das nove inscritas no último dia 26, se caracteriza por abrir já chamando à luta “Pelo fim do governo Bolsonaro”, para concluir que “Sim, é possível vencer Bolsonaro e os golpistas!”. Essa orientação ousada se baseia em 7 Pontos, formulados com base na análise de conjuntura nacional e internacional, com algumas propostas que resumimos abaixo. Convidamos todos ao debate.

Markus Sokol

7 Pontos para o 7º Congresso

Degrada-se a situação social e se aprofunda o estado de exceção aberto pelo golpe do impeachment. Vivemos sob instituições golpistas que mantêm Lula preso: um governo obscurantista, militarizado e vende-pátria, um Congresso mais reacionário da história recente e um Judiciário manipulado pelo

Departamento de Justiça dos EUA.

Bolsonaro é governo autoritário, com apoio do “mercado”, que tenta amputar os sindicatos, criminalizar o movimento popular e destruir o PT, mas é frágil pela origem na fraude e a coalizão improvisada. Hoje, ele tenta forjar um movimento de rua para sustentar seu discurso, recorrendo à mistificações.

Desde já, o PT deve se somar na jornada na defesa da educação e da aposentadoria no dia 13 de agosto.

Propomos:

- A luta contra o governo Bolsonaro, em defesa dos direitos e da democracia, concentrada na exigência da imediata libertação de Lula, com a anulação dos processos e a responsabilização pelos atropelos da Operação Lava-jato, comandada pelo ex-juiz Moro. Não cabem ilusões na cúpula militar. Um impeachment para alçar o vice-presidente, general Mourão, continuaria o mesmo

programa de crise para o povo.

- Sair da crise passa por defender a Soberania Nacional e resgatar as estatais estratégicas para o desenvolvimento - a reestatização da Vale, por exemplo.

- Sair da crise passa por superar a estagnação que agiganta o desemprego e o desalento, e combater a enorme desigualdade social, com uma política que recupere o reajuste real do salário mínimo e enfrente a exigência de superávit fiscal primário do “mercado”.

- Para sair da crise é preciso um governo democrático e popular encabeçado pelo PT, com Lula Livre, que restabeleça os programas sociais, e revogue as PECs e os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro.

- Para isso e as reformas populares - como a agrária, da mídia, jurídica e militar - é preciso uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente

as instituições, pela convocação da Assembleia Constituinte Soberana, com a legitimidade de um novo governo e Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança.

- Nas eleições municipais lançar candidaturas próprias do PT onde for possível, numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas - nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL e setores populares do PSB, PDT e outros - abandonando o aliancismo conciliador que nos fez tanto mal.

- Está na ordem do dia, prosseguir no caminho aberto pelas resoluções do 6º Congresso, para aprofundarmos a defesa do PT como partido democrático, popular e socialista. É preciso avaliar os acertos e erros da nossa trajetória no balanço dos anos de governo do PT, como começou a fazer o 6º Congresso.

LEVAR A DISCUSSÃO DO 7º CONGRESSO AOS FILIADOS

Chapas inscritas agora é divulgar amplamente as posições apresentadas pelo DAP

Diálogo e Ação Petista registrou uma chapa de delegados ao Congresso nacional e está inscrito em chapas – de delegados aos congressos estaduais – próprias ou em composições em 15 estados, além de muitos municípios do país que elegerão suas direções locais. A votação de todas as chapas, municipal/zonal, estadual e nacional, ocorrerá no dia 8 de setembro.

Serão apenas cinco semanas de campanha.

É um momento privilegiado para discutir com cada militante do PT a situação política, o papel do PT. É o momento de fazer um balanço, a base pede isso. Avaliar, em especial nos governos Lula e Dilma, os nossos acertos, mas também aprender com a experiência que mostra que com a

conciliação não se avança. Ao contrário, nos fragiliza. É o momento para discutir as propostas para fortalecer o partido como ferramenta fundamental dos trabalhadores na luta contra este governo e suas medidas.

É hora de ir visitar os militantes em suas casas, locais de trabalho e de estudo, nas atividades políticas, fazendo este diálogo e pedindo votos

para as chapas das quais o DAP faz parte, em particular a chapa nacional do Diálogo e Ação Petista de delegados ao 7º Congresso do PT.

Discutir, pedir apoio às chapas e convidar os filiados para fazer do dia 8 de setembro dia de mobilização por Lula livre, como propõe o DAP.

Roberto Salomão

BAHIA: DAP QUESTIONA POLÍTICAS DE RUI COSTA

DAP da Bahia participa do PED, com chapas próprias ou em composição, em 11 municípios, além da chapa de delegados ao encontro estadual. Foram agrupados pelo DAP 340 militantes. Vera Carneiro, secretária-geral do PT de Feira de Santana e integrante do diretório estadual, faz aqui um balanço.

Quais são as bases políticas das chapas das quais o DAP participa?

Vera - São os 7 pontos constantes da contribuição do DAP ao 7º Congresso, traduzidos para a situação concreta da Bahia, o que significa particularmente questionar as posições assumidas nos últimos meses pelo governador Rui Costa. Consideramos inaceitável não negociar salário com servidores, aumentar alíquota da previdência, defender cobrança na universidade pública, militarização e fechamento de turnos em escolas públicas. Além disso,

toda a base “aliada” do governador na Câmara dos Deputados votou a favor da contrarreforma da previdência.

Esse posicionamento do DAP influenciou na busca da “mais ampla unidade possível”?

Vera - Conversamos esses pontos com a CNB e a EPS, que acabaram por não concordar, impossibilitando a formação de uma chapa conjunta. A unidade mais ampla possível com uma plataforma que integre pontos essenciais do balanço político dos erros e acertos do partido é algo necessário para rearmar o PT nesta conjuntura difícil. Mas vamos lá. Os grupos de base do DAP já preparam reuniões para colocar a campanha na rua com visitas e atividades integrando o dia 13 de agosto na agenda.

Em Feira de Santana, qual foi o resultado?

Vera - Fizemos seis ou sete reuniões para construir plataforma, pontos convergentes e tentativa de unidade na ação com todas as forças políticas que compõem o partido no município. Com a convicção de que a militância do partido deve ter espaços de participação e decisão, com amplos debates, que o PT deve contribuir

na organização e luta contra o governo autoritário de Bolsonaro, todas as correntes políticas e militantes foram convidadas a dialogar e construir uma direção partidária à altura do que o momento político exige. No final, construiu-se a

chapa Unidade – Lula Livre, com DS, EPS e DAP. Um setor da CNB que ficou neste diálogo até o último momento, se retirou no final e construiu uma chapa sozinha. Lamentamos, porque ainda achamos que a unidade é necessária. Há ainda outras duas chapas disputando o PED.



Vera Carneiro fala no encontro estadual do DAP baiano

Correspondente

SÃO PAULO: DAP COMPÕE CHAPA COM CNB

“Construindo um Novo Brasil com Diálogo e Ação Petista” é o nome da chapa estadual de delegados. A discussão começou quando o DAP lançou a “Carta aos Petistas” propondo a mais ampla unidade sobre a base de 7 pontos para colocar o PT à altura da tarefa que só ele pode cumprir para fazer frente à difícil situação que vive o país.

Em São Paulo o Diretório Estadual, integrando posições e propostas apresentadas pelo DAP, adotou resoluções que ajudaram colocar o PT paulista em luta, por exemplo, contra o desmonte da Previdência ou por Lula livre, resoluções e ações que permitiam avançar a discussão.

As bases políticas do acordo

Diferenças permanecem, por exemplo, no balanço dos 13 anos de governo reconhecer que os erros cometidos são oriundos de uma política de conciliação.

Mas o texto que foi a base para a inscrição da chapa, em nada é contraditório com as posições defendidas pelo DAP e permite que a discussão prossiga, inclusive no congresso estadual.

Abaixo alguns trechos do texto comum.

Saída para a crise do país

“Para sair da crise é preciso um outro governo: um governo democrático e popular encabeçado pelo PT, com Lula Livre, um governo que restabeleça os programas sociais legados por nossas administrações em várias áreas(...) que também revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (...) todos os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro.

Para avançar com essas medidas é necessário reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e as instituições (...) através de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre, democrática e soberana, conforme aprovado no 6º congresso

(2017), com a força e legitimidade de um novo governo e com Lula Livre.

Rumos para o PT

“Consideramos que a luta do nosso partido nestes últimos dois anos permite que o 7º Congresso avance e aprofunde o rumo indicado pelo 6º Congresso que permitiu enfrentar a ofensiva contra os interesses nacionais, aos direitos dos trabalhadores e à democracia (...) Nosso 7º Congresso deve fazer um balanço para, apoiando-se nos nossos acertos, não repetir erros que nos fragilizam.”

Previdência e papel dos governadores

“Reafirmamos a posição unânime do nosso Diretório Nacional de ser radicalmente contra a PEC 06, Reforma da Previdência Social. Saudamos e incentivamos ações de nossos representantes no

executivo que estão nessa luta, à exemplo do nosso companheiro Kiko, prefeito de Franco da Rocha, que decretou no dia 13 de junho que “Fica suspenso o expediente nas repartições públicas municipais no dia 14 de junho de 2019 (sexta-feira), em razão da greve geral convocada para a data”, estabelecendo o ponto facultativo. Como a luta continua, esta deve ser a postura de todos os nossos mandatários executivos e não buscar ‘melhoras’ em aspectos da PEC 06”.

São Paulo e eleições 2020

O texto chama o PT à responsabilidade de ser o principal partido de oposição ao governo Dória. Para as eleições de 2020 defende: “Reafirmamos o dever de lançar candidaturas próprias do PT na maioria dos municípios, numa frente democrática e anti-imperialista contra Bolsonaro e Dória”.

Vamos à luta em 13 de agosto: em defesa da Educação e da Previdência!

Dia nacional de mobilizações, paralisações e greves

A votação em 1º turno na Câmara Federal da PEC da previdência foi um duro ataque à aposentadoria dos trabalhadores, tanto do setor privado, quanto do público. No texto votado – que vai a 2º turno no início de agosto – estão mantidos itens como a idade mínima (65 homens e 62 mulheres), redução das pensões de viúvas/viúvos, redução nas aposentadorias por invalidez, além de retirar mais de 13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada o abono do PIS/PASEP.

O Dieese, em nota técnica de julho, destaca que “muitas das determinações da PEC 6/2019 continuaram no texto e são motivo de preocupação e insegurança para os trabalhadores. A desconstitucionalização de regras previdenciárias, em especial para servidores de estados e municípios, gera incertezas sobre o futuro”.

Na mesma nota ainda podemos ler que “a reforma proposta não considera que o tempo de contribuição tenderá a se tornar um obstáculo complicado de ser superado por trabalhadores,



Av. Paulista em 15 de maio de 2019

atuais e futuros (...). Ao contrário do discurso do governo, com exceção dos que recebem um salário mínimo, os trabalhadores com baixa renda terão perda financeira substancial quando se aposentarem”.

Não jogar a toalha

Não vamos “jogar a toalha”, pois a luta para impedir que o governo e a maioria do Congresso acabe com as

aposentadorias continua no 2º turno e depois também no Senado. É preciso denunciar amplamente que essa “reforma” ataca os direitos da classe ao mesmo tempo que dá ao agronegócio bilhões em isenções de pagamento ao INSS, além de não terem sido cobradas as dívidas bilionárias dos empresários com a Seguridade Social.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-

-CUT) chama em 13 de agosto uma paralisação nacional dos trabalhadores do ensino público, com manifestações nos municípios em defesa da Educação e das aposentadorias. Data que foi abraçada pela CUT e demais centrais sindicais, pelo ANDES-SN (docentes universitários), pela UNE (estudantes) e outras entidades.

Vários setores do movimento sindical e popular e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, confirmaram a sua participação na mobilização, que terá paralisações e greves a partir da manhã e atos públicos e passeatas ao final da tarde.

Em Brasília, nos dias 13 e 14 de agosto, ocorre também a Marcha das Margaridas, que reunirá dezenas de milhares de trabalhadoras rurais.

A CUT está divulgando (baixar no www.cut.org.br) o boletim “Ainda dá tempo de virar”, orientando pressão nos deputados em seus redutos e aeroportos e convocando o 13 de agosto.

João B. Gomes

Violência no campo

Cacique no Amapá e sem-terra em São Paulo são assassinados

Um grupo de garimpeiros, com armas de grosso calibre, invadiu a aldeia de Waiãpi, em Pedra Branca do Amapari, no Amapá, entre os dias 22 e 23 de julho, ampliando o clima de terror que tomou conta da comunidade nos últimos meses. O cacique da aldeia, Emyra Waiãpi de 62 anos, foi morto. Segundo laudo preliminar da polícia militar a vítima “estava com marcas de perfurações e cortes na região pélvica”. Acuados e com medo de novas retaliações, os índios se refugiaram na comunidade vizinha Aramirã, para onde crianças e mulheres foram levadas. Sitiados na mata, os índios prometeram retomar a aldeia caso as autoridades não adotem providências. Desde janeiro houve expansão dos focos de garimpo ilegal no Norte, assim como o aumento do desmatamento, como constatou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Membros da aldeia declararam

que as incursões de bandos armados se tornaram mais comuns desde o início do ano e que as queixas dos indígenas pouco são ouvidas pelas autoridades.

Bolsonaro quer entregar Amazônia

É evidente, desde a campanha, o compromisso de Bolsonaro com o latifúndio e sua total subserviência aos EUA. Por essa razão, não mede esforços para mostrar ao patrão, Trump, que é seu capacho. Para Bolsonaro a divulgação de dados de desmatamento pode “prejudicar o país em negociações internacionais”. Por isso ele vem contestando o trabalho do Inpe. Após a invasão e o assassinato do cacique no Amapá, ele declarou, sem constrangimentos, em 27 de julho, durante cerimônia de formatura de paraquedistas no Rio de Janeiro, que a exploração da Amazônia é um dos motivos de sua relação próxima com os Estados Unidos: “Estou procurando

o primeiro mundo para explorar essas áreas em parceria e agregando valor. Por isso, a minha aproximação com os Estados Unidos”.

No dia 29 de julho declarou, também, que tem a intenção de legalizar o garimpo no país, plano que inclui a liberação da atividade em terras indígenas. Também chamou as reservas indígenas de “zoológico” e os povos que ali vivem de “animais pré-históricos”, ao criticar quem defende a existência das reservas e das nações nativas. Fica claro que a garantia do direito à nação e à terra aos povos originários do Brasil é um empecilho para atender ao intento dos latifundiários e do imperialismo.

Sem-terra morto em Valinhos

No dia 18 de julho, em Valinhos, interior de São Paulo, uma manifestação de membros da ocupação Marielle Vive do MST, com mais de mil famílias,

que pedia à prefeitura o fornecimento de água e assistências escolar e de saúde, acabou em morte. O agricultor Luís Ferreira da Costa, de 72 anos, foi atropelado e morreu pouco depois. Outras cinco pessoas ficaram feridas. Os manifestantes entregavam folhetos a quem passava para expor a situação dos habitantes e distribuíam alimentos produzidos no local. Foi quando uma caminhonete preta se aproximou pela contramão em alta velocidade. Os manifestantes tentaram ir atrás do assassino, mas ele teria mostrado que estava armado. O motorista, Leo Luiz Ribeiro, fugiu do local, mas foi preso em Atibaia (SP) no fim da tarde e confessou o crime. Disse não ter percebido que havia matado alguém. O jornalista Carlos Felipe Tavares, que estava a serviço do MST, afirmou que o motorista “fez o que queria fazer”.

Tiago Maciel

Preservar a CUT para a luta da classe

13º Congresso da central será em outubro, mas desafios se colocam desde já

As assembleias que elegeram delegados ao congresso nacional da CUT e aos congressos estaduais – que se darão após o 13º CONCURT (de 7 a 10 de outubro) – acabam de realizar-se.

O momento é difícil para os sindicatos, que sofrem os efeitos da “reforma” trabalhista de Temer, que aumentou a precarização da mão de obra e a informalidade, num quadro de desemprego crescente, além de estarem, em boa parte, asfixiados financeiramente, pois eram dependentes da contribuição sindical (o velho imposto sindical), que deixou de ser obrigatória e que passou a ser questionada judicialmente, mesmo quando votada em assembleia.

Some-se a isso a política hostil à organização sindical do governo Bolsonaro, que enviou ao Congresso a MP 881 da “liberdade econômica” (ver OT 850).

Já se fala que, uma vez votada em 2º turno a “reforma” da Previdência na Câmara (ver pág. 6), o governo enviaria uma PEC de “reforma sindical” com o objetivo de limitar as negociações coletivas ao âmbito das empresas, o que levaria ao fim das convenções coletivas que cobrem toda uma categoria ou setor de atividade econômica, abrindo terreno para o “sindicato por empresa”.



Agosto de 1983: Em São Bernardo do Campo (SP) era fundada a CUT

Resgatar os princípios e avançar na estrutura sindical cutista

Nascida da luta de classes e em ruptura com a estrutura sindical oficial, a CUT adotou como princípios a independência diante dos patrões e governos, a autonomia diante dos partidos políticos, a luta por liberdade sindical contra a tutela do Estado, com a ratificação da Convenção 87 da OIT.

Seu 3º congresso (Belo Horizonte, 1988) afirmou a CUT como central sindical, derrotando a ideia de “CUT-movimento” (com filiação individual, por exemplo), portanto uma organização baseada na filiação de sindicatos, federações e confederações e voltada para a negociação coletiva de salários e direitos em todos os níveis.

Os princípios de Liberdade e Autonomia Sindical são inegociáveis. Não devemos ter medo da Convenção 87 ou do pluralismo sindical que ela permitiria. Afinal, com a atual “unicidade” (imposta pelo Estado) na base, existem (ou pretendem existir) 11 centrais sindicais!

É claro que a ratificação da Convenção 87 deve vir acompanhada de legislação que coíba a prática antisindical de patrões ou governos e que garanta o exercício da ação sindical, como exige todo o sistema normativo da OIT.

Esses princípios são o ponto de partida para qualquer proposta que a CUT apresente – com ou sem acordo com as demais centrais – para bater de frente com a ofensiva destruidora do sindicalismo anunciada pelo governo Bolsonaro.

Outro desafio é avançar na unificação de sindicatos de categorias afins e territorialmente. Precisamos de sindicatos financiados pelas mensalidades (sindicalização), com taxas votadas em assembleias, que coloquem a luta reivindicativa acima do assistencialismo, que promovam espaços democráticos de participação da base na sua vida e que busquem enraizar-se nos locais de trabalho.

A CUT, que completa 36 anos em 28 de agosto, ao longo de sua trajetória acumulou um debate importante sobre uma estrutura sindical classista e democrática. É o momento de resgatá-lo e colocá-lo em prática. Não há tempo a perder!

Julio Turra

CONTRA A ASSOCIAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

Em todo o mundo há uma ofensiva do imperialismo para destruir os sindicatos como forma elementar de defesa da classe trabalhadora contra a exploração do capital.

Nessa ofensiva o capital lança mão da repressão à ação sindical, mas também busca associar os sindicatos aos seus interesses, buscando transformá-los em “parceiros” e desnaturá-los como órgãos de defesa dos trabalhadores. No Brasil não é diferente e, de tempos em tempos, volta à baila a “associação capital-trabalho”.

É o caso recente de reuniões entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e centrais sindicais (dentre elas a CUT), para tratar de “desenvolvimento econômico”, ocorridas em 26/06 e 11/07, ainda sem resultados concretos.

Ora, como discutir “desenvolvimento” com a CNI que apoiou a “reforma” trabalhista de Temer e a “reforma” da Previdência de Bolsonaro? Como “desenvolver” a nação atacando os salários e empregos dos trabalhadores que a constroem, liquidando o poder aquisitivo das amplas massas?

Definitivamente, sindicalismo classista não rima com associação capital-trabalho.

Perseguição ao movimento de moradia

Farsa judicial mantém presos quatro líderes, todos petistas

Num processo aberto em 2018, após o desabamento de um prédio ocupado no centro de São Paulo, o Poder Judiciário, apoiado em inquérito da polícia do governador Dória, decretou a prisão de quatro dirigentes do movimento de moradia com a acusação de extorsão e formação de quadrilha. Estão presos, desde 24 de junho, Preta Ferreira, e Sidney Ferreira, Angélica Lima e Ednalva Pereira do Movimento de Moradia Para Todos. Esses movimentos dirigem ocupações em prédios antigos no centro de São Paulo onde centenas de grandes propriedades estão vazias, muitas para a especulação imobiliária, enquanto milhares de famílias não conseguem pagar aluguel e são jogadas na rua.

Promotor milita contra o PT

O processo corre em segredo de justiça. Sabe-se que foram utilizadas dezenas de escutas telefônicas numa operação de grande envergadura, tudo indica, monitorada diretamente pelo chefe do executivo paulista. A farsa judicial se baseia em supostas declarações de moradores que se dizem obrigados a pagar taxas. Na verdade, os movimentos decidem coletivamente a contribuição para pagar despesas diversas, como qualquer associação ou grupo organizado. Todos os dirigentes são filiados no PT. Preta Ferreira apresentava vídeos do Comitê Lula Livre. É evidente a tentativa de atacar o partido “por baixo”, prosseguindo na criminalização que atingiu Lula. Prova da politização do processo é o Promotor Público que o

conduz, Cassio Roberto Conserino. Nos autos ele tenta amalgamar os legítimos movimentos por moradia com desqualificados associados ao crime organizado, o PCC. Conserino foi um dos promotores que fez a denúncia do caso do Triplex que condenou Lula. Em março deste ano foi condenado a pagar uma indenização de 60 mil reais por danos morais a Lula por ter publicado em sua rede social que o ex-presidente seria um “encantador de burros”!

E a grande imprensa o apoia. O Estadão em editorial ataca violentamente os movimentos em editorial onde apoia o Promotor e acusa “a farsa montada em torno dos chamados movimentos populares dos sem teto, que não passa de vergonhosa exploração da boa-fé de pessoas

modestas que procuram moradia e são vítimas de um conluio de partidos políticos e crime organizado” (28/07)

Reação dos movimentos

No dia das prisões foi constituído um Comitê pela Liberdade dos presos – com apoio de setores da sociedade civil, como artistas, intelectuais e de todos os movimentos de moradia da cidade – que tem organizado protestos. É preciso, além de participar das atividades previstas, ampliar as exigências dirigidas a Dória, envolvendo o máximo de partidos, parlamentares e toda a sociedade para que os quatro presos sejam postos em liberdade e o processo viciado seja cancelado.

Henrique Ollitta

Golpe quebra a indústria brasileira

Desemprego em alta, salários em baixa

Enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro segue estagnado desde o golpe, a indústria de transformação derrete causando um revés dramático no mercado de trabalho, com queda de empregos formais e de salários. De 2014, quando o processo do golpe se inicia (logo após a eleição de Dilma) até 2017, a produção industrial manufatureira caiu pela metade, mantendo-se até hoje neste patamar.

Desde 2009, a crise internacional, a queda na lucratividade empresarial e do comércio internacional já haviam reduzido o interesse da indústria no país por investimentos. Políticas contracíclicas, iniciadas sobretudo no segundo mandato de Lula, elevaram os investimentos públicos, incentivando (e forçando) os investimentos produtivos privados.

Golpe, Lava-Jato e Plano Levy

Mas a partir de 2014 as pressões da mídia e do mercado pelo “ajuste fiscal” acabaram levando Dilma aos cortes do Plano Levy (2015). Concomitantemente, a operação Lava-Jato quebrou toda a cadeia ligada à indústria petroquímica, naval e de construção civil (além de prejudicar outras correlatas, como a siderurgia etc.) provocando – só por isso – quedas de cerca de 2% anual do PIB em 2015 e 2016. Os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), como proporção do PIB, às empresas produtivas também foram cortados: em 2018 representavam um quarto da média do 2o mandato de Lula. E agora o ministro Guedes quer usar o banco apenas



para privatizar.

Já a EC-95 (teto dos gastos) de Temer, ao congelar os gastos públicos, piorou ainda mais a crise: os investimentos públicos caíram dos 4,56% do PIB (em 2010) para 1,85% do PIB (em 2017). Isso fez com que, desde 2013, os investimentos produtivos totais como proporção do PIB caíssem de 26% para os atuais pouco mais de 15% - o menor nível em mais de 50 anos. Entre 2014 e 2018, o PIB acumulou queda de 4,2%. Mas a produção industrial manufatureira caiu 14,4%. Assim, a participação da indústria de transformação no PIB caiu para 10,4%, o menor índice desde os anos 1930. Em 1985 tal participação havia alcançado os 36%, caindo fortemente nos anos 1990 e recuperando-se (ainda que apenas parcialmente) nos governos do PT.

Destruição de emprego e salário

Tal indústria representa o ramo

mais importante no desenvolvimento econômico de um país, sendo inclusive essencial à soberania nacional. É o setor que concentra as inovações tecnológicas, cria mercados (e incentivos a novos investimentos e empregos) nas pontas de fornecimento e de distribuição, e gera empregos mais qualificados - com trabalhadores mais facilmente organizados em grandes sindicatos.

O gráfico acima mostra a dramática evolução do mercado de trabalho na indústria nacional (excluindo a extrativista). Ao final dos anos 1980 cerca de 11 milhões de trabalhadores estavam empregados (com carteira assinada) em fábricas pelo país afora. A “abertura comercial globalizante” e as privatizações de Collor e FHC provocaram uma gigantesca desindustrialização, que levou à destruição de quase metade de tais postos de trabalho formal. Nota-se também no gráfico que o salário

médio do trabalhador industrial (deflacionado pelo ICV-Dieese e IPC-Fipe) acompanha a tendência geral de empregabilidade. Quando aumentam as demissões, diminui o poder de barganha dos trabalhadores e de seus sindicatos, impedindo assim a recuperação de seus salários à inflação.

Nos governos do PT, a conjuntura internacional inicialmente favorável junto com políticas públicas (ex. Conteúdo Nacional da Petrobras) ajudaram a recriar parte desses postos. Mas, o processo do golpe está forçando o emprego e o salário real caírem novamente aos mais baixos níveis do período FHC. Com alta produtividade das empresas, isso significa um brutal aumento na exploração dos trabalhadores.

Neste ano, a situação não para de piorar. Só no Estado de São Paulo, o número de empresas da indústria que fecharam suas portas entre janeiro a maio foi o maior de mais de uma década. Isso provoca um revés nos empregos industriais, em geral formais e de melhor qualidade. O polo calçadista, por exemplo, que empregava 12 mil trabalhadores no período Lula, hoje tem apenas 5 mil funcionários. Em outros setores, multinacionais têm transferido filiais para outras unidades, parte deles sem receber salários e indenizações. A Pirelli anunciou o fechamento da unidade de Gravataí (RS) e a demissão dos 900 funcionários, ao unificar a produção de pneus de motos à de carros em Campinas (SP), onde promete gerar apenas 300 vagas até 2022.

Alberto Handfas

FMI elogia reformas de Bolsonaro

Em relatório saúda ataque à Previdência, mas quer mais

O relatório periódico do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil publicado em julho dá a orientação da banca internacional: elogia “o progresso da indispensável reforma da Previdência”, mas alerta que ela só “não é suficiente”. Recomenda assim, em tom de exigência impaciente, outras medidas: a “simplificação do sistema tributário” (obviamente para reduzir custos empresariais e financeiros) e a redução de gastos correntes sociais. Exige também o fim da rigidez orçamentária constitucional – que ainda garante que receitas de impostos sejam vinculadas a gastos como os de Saúde e Educação.

Diz o relatório: “Os diretores [do FMI] encorajam as autoridades a intensificar a implementação de reformas estruturais essenciais para a melhoria do ambiente de negócios, a redução das barreiras comerciais e o aumento da produtividade”. O FMI considera que o acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia seria “bem-vindo”, quando de fato, sabemos que ele destruirá ainda mais a indústria sul-americana.

Ainda afirma o relatório que as reformas devem mirar “a redução da intervenção estatal nos mercados de crédito e avanços da infraestrutura pública”. Alegam

que isso melhoraria o crescimento “potencial do PIB”. A ironia é que, embora já implementando políticas deste tipo desde o golpe, o Brasil teve seu PIB derretido. E o próprio FMI reviu (no mesmo dia da publicação do relatório) suas projeções para o PIB brasileiro, derrubando sua estimativa 1,3 ponto percentual em relação à previsão de abril - a maior queda entre os países analisados.

A despeito de ter uma dívida pública interna com crescimento acelerado (devido à recessão e ao próprio ajuste), o Brasil não enfrenta problemas em suas contas externas, tendo reservas acumuladas

muito maiores do que dívidas. Por isso, não depende de empréstimos do FMI. Assim, este organismo lança esse relatório apenas para pressionar, orientar e coesionar os políticos e a classe dominante brasileira em torno de sua plataforma.

Aliás, relatórios semelhantes a este - com orientações draconianas, antissociais e privatizantes – foram simultaneamente enviados a outros países latino-americanos, mesmo aqueles que estão em posições externas confortáveis. Sobretudo para incentivar apoio político a “novos” governos super privatistas, como o Equador. Ou para pressionar os que não são, como o México.

Reforçar a campanha pela liberdade de Lula

Revelações da Vaza Jato ajudam no diálogo para coletar assinaturas pela anulação dos julgamentos

No próximo dia 7, completa-se um ano e quatro meses da prisão de Lula, condenado sem provas pelo ex-juiz Sergio Moro para que não pudesse ser candidato a presidente, quando era o favorito a vencer a eleição. Sua prisão, dando sequência ao golpe que derrubou Dilma Rousseff do governo em 2016, era parte central da ofensiva do imperialismo contra o povo brasileiro.

Há dois meses, o site The Intercept começou a publicar reportagens com vazamentos de mensagens trocadas pelo aplicativo Telegram entre Moro e procuradores da operação Lava Jato. Os diálogos revelados demonstram que a condenação do ex-presidente foi obtida à custa de manipulação de dados, ar-

ranjos e combinações, de forma ilegal. E todo o Judiciário respaldou a fraude.

Com o povo é diferente. As informações reveladas pelas matérias da Vaza Jato deram mais ânimo à campanha Lula Livre. Em Recife (PE), uma banca de coleta no abaixo-assinado pela anulação dos julgamentos de Lula registrou até fila de pessoas que queriam assinar a petição.

É hora de fortalecer essa campanha nas ruas, organizando banquinhas nos bairros, em portas de empresas e nas escolas. Agora que o PT está em processo de renovação de direções, uma das tarefas centrais é colocar todo o partido, desde a base, na campanha para tirar Lula da cadeia e defender a democracia.



Recife: pessoas fazem fila para assinar a exigência de anulações dos julgamentos de Lula

Operação usa recursos espúrios e favorece bancos

Dallagnol forneceu informações a investidores que compraram ações da BR Distribuidora

À medida que surgem novas revelações da Vaza Jato, apresentando as conversas entre o ex-juiz Sergio Moro e procuradores do Ministério Público Federal (MPF), fica ainda mais evidente como eles agiram de modo consciente para forjar a condenação de Lula. Na ausência de provas, utilizaram todo tipo de recurso espúrio.

A delação de Antonio Palocci, por exemplo, não era levada a sério nem pelos integrantes da Lava Jato, porque ele indicou supostos atos de corrupção de Lula e do PT, mas não comprovou nada. O que não impediu Moro de divulgar parte da delação às vésperas do primeiro turno da eleição, com o objetivo de prejudicar o candidato petista, Fernando Haddad.

Num dos diálogos sobre a situação de Palocci, o procurador Paulo Roberto Galvão disse: "Russo [apelido dado a Moro] comentou que embora seja difícil provar ele é o único que quebrou a ormeta petista" [o termo Omertà refere-se ao código de honra da máfia italiana]. Isso indica que o próprio Moro reconhecia não haver provas para sustentar uma acusação. Em seguida, a procuradora Laula Tesler afirmou: "Não só é difícil provar, como é impossível extrair algo da delação dele".

Encontro clandestino

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, foi além: usou de sua posição para ajudar inves-



tidores. Os vazamentos mais recentes indicam que uma das palestras que fez, em junho de 2018, contratado pelo XP Investimentos, foi um encontro clandestino direcionado a representantes de bancos e investidores brasileiros e estrangeiros. Ele foi convidado a falar sobre "Lava Jato e eleições".

Pouco mais de um ano depois, houve a venda de ações correspondentes a 30% da BR Distribuidora, por parte da Petrobras. Entre os participantes do negócio, segundo o jornal "Valor Econômico" (23/7), estão a SPX Capital, a Truxt, a XP Asset e os bancos Itaú e Safra. E os bancos que coordenaram a oferta de ações foram: J.P. Morgan, Citi, Bank of America, Credit Suisse, Itaú BBA e Santander. A maior parte deles estava na lista de convidados para ouvir Dallagnol.

O procurador que tinha influência suficiente para tentar tirar Lula da eleição deu aos investidores informações sobre qual seria o provável cenário da eleição!

Na negociação prévia entre a representante da XP e Dallagnol, ela explicou que tipo de encontro seria: "Esse bate-papo é privado, com compromisso de confidencialidade, onde o convidado

fica à vontade para fazer análises e emitir pareceres sobre os temas em um ambiente mais controlado". E completou: "Semana passada recebemos o presidente do TSE, ministro Fux, por exemplo e não saiu nenhuma nota na imprensa". Lembrando que no dia 28 de setembro, a poucos dias do primeiro turno, foi Fux quem proibiu a entrevista de Lula à Folha de S. Paulo, que havia sido autorizada pelo ministro Lewandowski. Entre as revelações do Intercept constam diálogos em que procuradores se mostram preocupados que a entrevista poderia favorecer Haddad. Ficaria tudo entre eles, se não fosse a Vaza Jato.

A ofensiva da Lava Jato contra empresas brasileiras, o fim do regime de partilha na exploração do Pré-sal e o ataque em geral para destruir a Petrobras integram uma ação do imperialismo

estadunidense. Sabe-se das ligações do ex-juiz Moro com autoridades dos EUA, e os procuradores atuaram sob orientação direta do Departamento de Justiça (DoJ) estadunidense.

Num evento em 2017, promovido por uma entidade chamada Atlantic Council, o então vice-procurador geral adjunto do DoJ, Kenneth Blanco, explicou que havia uma colaboração informal entre o órgão e os procuradores brasileiros. Blanco disse que o DoJ ajudou na coleta de provas e na preparação do "caso" contra Lula. Rodrigo Janot, que na época era o procurador-geral da República, reconheceu, no encontro, que "sem a cooperação jurídica internacional, seria impossível fazer o que nós estamos fazendo".

Cláudio Soares

APOIO A GLENN GREENWALD

Um ato na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, no dia 30 de julho, expressou apoio ao jornalista estadunidense Glenn Greenwald, um dos editores do site The Intercept. Greenwald vive no Brasil e tem sido ameaçado pelo governo desde o início da publicação das matérias da Vaza Jato.

O ministro Sergio Moro chegou a publicar uma portaria (nº 666) que prevê a deportação sumária de estrangeiros considerados perigosos. A medida não pode atingir Greenwald, já que ele é casado com um brasileiro e tem filhos adotivos brasileiros. Mas serve como tentativa de intimidação. Bolsonaro, com a boçalidade de sempre, disse que ele "talvez pegue uma cana no Brasil". Não está descartada a possibilidade de uma incriminação forjada para encarcerar o jornalista.

Ao prender quatro pessoas acusadas de serem hackers que invadiram celulares de autoridades e passaram informações ao Intercept, Moro afirmou que as mensagens apreendidas seriam destruídas, numa tentativa de impedir a divulgação dos diálogos. Legalmente, ele nem tem autoridade para tomar essa decisão. Por essas e outras arbitrariedades, foi lançado um abaixo-assinado de advogados e juristas, com mais de 800 adesões iniciais, que defende a liberdade de imprensa e o afastamento de Moro do cargo de ministro da Justiça.

Future-se: destruição do ensino superior

Programa anunciado pelo governo é um ataque sem precedente

No dia 17 de julho, o ministro da Educação anunciou a reitores e pró-reitores das universidades, institutos federais e CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica) o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se). Segundo o governo, o programa “tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das IFEs, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios”. Trata-se explicitamente de um programa de privatização das instituições federais. As medidas decorrentes do programa confirmam isso.

As propostas do Future-se

- Transferir a gestão das instituições públicas para Organizações Sociais (OS), alterando a personalidade jurídica das IFES (Institutos Federais de Ensino Superior), que passariam a ser entidades “públicas de direito privado”, com vistas a permitir a alienação do patrimônio, contratar docentes e técnicos ao arpejo do regime jurídico único (sem concurso), subordinar as instituições a projetos privados e incentivar o empreendedorismo, inclusive por meio de remuneração privada de professores, com os já conhecidos mecanismos de premiação.
- Subordinar a produção intelectual – patentes, projeto, consultorias e cursos- à possibilidade de comercializá-la com fins de manter o funcionamento das IFES, pondo em questão a



22/07: em assembleia na Federal da Paraíba, “vamos dizer não ao ‘Frature-se’” diz a reitora

liberdade da pesquisa e da produção científica, que passariam a depender de resultados no mercado.

- Estabelecer metas, controles, indicadores e, inclusive, teto de gastos com pessoal.
- Criar um Fundo de “autonomia” para financiar pesquisas, advindo de venda do patrimônio das IFES e da cobrança de mensalidade na pós-graduação, além de recursos oriundos de prestação de serviços, reduzindo ou extinguindo o financiamento público e colocando em quadro de extinção as atividades acadêmicas que não se voltem para o mercado. Decorrente desta visão, comercializar bens, produtos e marcas e colocar seus ativos para girar no mercado financeiro, buscando capitalização.
- Criar um comitê gestor cuja composição não está clara, que definirá a utilização do dinheiro do fundo, seus investimentos e

inclusive “definir o critério para aceitação das certificações, para fins de participação no processo eleitoral dos reitores”.

Maior ataque da história ao ensino superior

Segundo o ministro os professores poderão “ficar ricos”, com remuneração e patentes desenvolvidas pela OS. Já os departamentos que atraírem empresas e startups poderão se beneficiar com um percentual de lucro auferido.

Para tanto, o Programa Ministerial pretende extinguir a autonomia, não apenas acadêmica, mas administrativa das IFES, extinguindo ou tirando prerrogativas dos órgãos colegiados, e introduzindo a figura dos executivos como gestores.

Trata-se do maior ataque ao ensino superior público da história e, por isso, já há reação.

Por iniciativa do Renova Andes, o 64º CONAD do ANDES-SN (Conselho Nacional do Sindicato dos docentes do ensino superior) adotou

um manifesto de alerta e, a seguir, oito entidades nacionais da educação divulgaram uma nota conjunta convocando o dia nacional em defesa da Educação e da Aposentadoria em 13 de agosto para derrotar o Future-se.

Na base, professores, estudantes e mesmo administrações reagem. Na UFPB (Federal da Paraíba), a partir da convocação pela reitoria de uma assembleia universitária extraordinária, mais de 2000 estudantes, professores e funcionários acorreram ao auditório que não comportou a multidão. A assembleia teve que ser transferida para o Centro de Vivência da Associação de Docentes da Universidade.

Mesmo com a proposta da reitora de conhecer e discutir o Future-se a disposição da assembleia foi de organizar a resistência ao programa, o que levou a reitora Margareth Diniz a concluir sua fala dizendo: “juntos nós somos muito mais fortes, e é nesse conjunto e nessa determinação que nós vamos, certamente, dizer não ao ‘Frature-se’”, referindo-se ao programa.

A Carta de Vitória emanada do Conselho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), que reúne reitores das IFES, também conclama, diante da iniciativa do governo, à defesa do caráter público e gratuito das instituições.

Este movimento deve desaguar numa forte paralisação em 13 de agosto, capaz de abrir um período de lutas que derrote a sanha destruidora do Governo Bolsonaro.

Eudes Baima

Envenenando o país

Governo Bolsonaro bate recorde de liberação de novos agrotóxicos

Em 22 de julho o Ministério da Agricultura aprovou o registro de 51 novos agrotóxicos, com eles o governo Bolsonaro somou a liberação de 262 novos pesticidas no Brasil. É um recorde de liberações de agrotóxicos no Brasil.

A política de liberação rápida de novos agrotóxicos do governo Bolsonaro foi precedida pelo recorde de aprovação de novos defensivos agrícolas do último ano de Temer que liberou nada menos que 450 novos produtos.

Entre os novos defensivos liberados estão uma série de substâncias consideradas extremamente perigosas ao meio ambiente e a saúde humana. Os produtos considerados mais nocivos

que estão nessa rodada de liberações são o Metomil e o Imazetapir. Este último, um tipo de herbicida usado em lavouras de soja, é proibido na União Europeia desde 2004.

Um dos produtos aprovados nesses seis meses de governo Bolsonaro, o Diquate, perdeu seu registro de aprovação para uso na Europa após uma investigação científica comprovar que seu uso representava um alto risco para os trabalhadores rurais e as populações que moravam próximas a áreas de aplicação do produto. Atrazina é uma substância comprovadamente nociva para o meio ambiente e também recebeu novas aprovações para uso no Brasil, bem como o Ace-

fato, que tem estudos científicos que o associam a queda na fertilidade masculina. Todos eles, liberados no Brasil e proibidos na União Europeia. Nessa situação estão 25% dos novos pesticidas liberados.

Em 2017 o Ministério da Saúde publicou um levantamento que mostrava que 13.982 pessoas foram hospitalizadas naquele ano por intoxicação com agrotóxicos, a maioria trabalhadores e moradores de áreas rurais. Dessas, 492 morreram. Desde então o Ministério não divulgou mais dados sobre o assunto.

Flexibilizar para envenenar

Em 27 de julho a Anvisa (Agência

Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou um novo marco legal para avaliação de risco dos agrotóxicos no Brasil. Pela nova regra só serão considerados estudos de mortalidade para a classificação de risco agrotóxicos. Isso fará com que a agência desconsidere outros fatores na classificação e fará com que a maioria dos agrotóxicos considerados “extremamente perigosos” - nível máximo de risco - passem a ser reclassificados como menos perigosos, como explica Carlos Gomes, gerente-geral de toxicologia da Anvisa, em declarações para o jornal Folha de S.Paulo.

Cristiano Junta

Comitê internacional de ligação e intercâmbio

Saído da Conferência Mundial Aberta da Argélia (2017), se reunirá em Paris

A Conferência Mundial Aberta Contra a guerra e a exploração “do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), realizada em dezembro de 2017 na Argélia sob a presidência de Luisa Hanune, hoje presa política em seu país por apoiar as manifestações de massa contra o regime, decidiu constituir o Comitê internacional de ligação e intercâmbio (CILI), com representantes de todos os países que nela participaram e aberto à adesão de novos companheiros, cuja primeira reunião ocorreu em Paris em 8 e 9 de junho de 2018.

A delegação brasileira presente na conferência da Argélia designou os companheiros Luiz Eduardo Greenhalgh e Julio Turra para representá-la no CILI.

A Coordenação do AcIT, reunida em 31 de maio, decidiu propor a realização de uma segunda reunião do CILI em novembro próximo, através de uma convocação que reproduziu o seguinte trecho da declaração adotada em sua primeira reunião:

“Tudo isso coloca a questão da reconstrução sobre a base de uma ruptura total com o capital, de uma autêntica representação política da classe operária, que trabalhe para reunir a classe operária como classe na unidade de suas orga-

nizações de classe face ao capital financeiro e aos governos que o representam. O CILI decidiu que é mais necessário que nunca prosseguir e aprofundar o intercâmbio de informações, integrando o lugar respectivo dos partidos e dos sindicatos em cada país, sobre as experiências realizadas”.

Abaixo publicamos a nota de Dominique Canut do POI (França), que com Luísa Hanune coordena o AcIT confirmando a segunda reunião do CILI para os dias 28, 29 e 30 de novembro em Paris e convoca também a coordenação do AcIT para 28 de setembro.

**“Caro(a)s companheiro(a)s,
Caro(a)s membros da coordenação do AcIT,**

Quando de nossa última reunião de 31 de maio, acentuamos a campanha pela libertação de nossa companheira Luísa Hanune, co-coordenadora. Como vocês sabem, a campanha depois continuou a tomar amplitude e prossegue ainda hoje em mais de 80 países no mundo.

Decidimos igualmente convocar a segunda reunião do CILI para os dias 28, 29 e 30 de novembro. O POI propôs que essa reunião tenha lugar na França e seja concluída com um ato internacionalista em

30 de novembro à tarde.

O convite para a reunião do CILI foi enviado em 5 de julho a todos os seus membros, bem como aos militantes que participam nas atividades do AcIT no mundo. Desde já recebemos várias respostas positivas, o que anuncia uma forte participação.

Propomos, sempre redobrando nossos esforços na campanha pela libertação de Luísa Hanune, reafirmar igualmente nosso apoio à campanha internacional pela libertação de Lula, ex-presidente do Brasil encarcerado e condenado no quadro de um processo fraudulento; reafirmar também nosso apoio à campanha pela libertação dos presos políticos catalães e prosseguir nosso intercâmbio político para preparar a reunião do CILI. A esse respeito, assinalamos que há várias iniciativas em curso, em particular:

Os companheiros da Azânia (África do Sul) vão enviar uma carta aos militantes e povos da África;

Os companheiros do México vão dirigir-se aos trabalhadores e ao povo estadunidense;

Os companheiros da Venezuela lançaram um manifesto em defesa da soberania da nação e dos direitos dos trabalhadores de seu país,



Argel, dezembro de 2017: Luísa Hanune presidindo a mesa da Conferência Mundial Aberta

dirigido também a todos os povos do continente latino-americano;

Os companheiros na Europa preparam o número 2 do boletim do Comitê de correspondência europeu constituído em 4 de maio.

Informamos, enfim, que uma campanha financeira foi iniciada em vários países, para financiar todas nossas atividades em desenvolvimento.

Quando da nossa reunião de maio, havíamos evocado a necessidade de nos reunir de novo antes da realização do CILI. Eu lhes proponho então que nos reunamos no sábado 28 de setembro em Paris.

Aguardando a resposta de vocês e nos reencontrarmos em Paris,
Fraternalmente,

26 de julho de 2019
Dominique Canut,
da Coordenação do AcIT

Trump ameaça o Irã

Sanções deterioram a vida do povo

Trump não para de multiplicar as provocações e ameaças de guerra contra o Irã. Em 2015, o Irã tinha assinado um acordo sobre sua produção nuclear com a China, a Rússia, a União Europeia e os Estados Unidos. Tanto os diferentes governos como o organismo de controle sobre a energia nuclear iraniana reconheceram que o Irã respeitou integralmente o acordo.

Ao chegar ao poder, Donald Trump retirou a assinatura dos Estados Unidos deste acordo e começou a aplicar sanções ao Irã. Há alguns meses, ele agravou substancialmente estas sanções, exigindo que seus aliados europeus parem de comerciar com o Irã, o que eles têm obedecido.

Com uma queda drástica da venda de petróleo provocada pelas sanções, o país está economicamente estrangulado e o povo asfixiado.

Um novo degrau

Há alguns dias, as ameaças de Trump subiram a outro nível. Pela primeira vez desde 2003, quinhentos soldados americanos foram posicionados na Arábia Saudita. As forças aeronavais estadunidenses estão em estado de alerta. Os dirigentes do Estado de Israel aprovam a política de Trump e ameaçam igualmente o Irã.

Os dirigentes da União Europeia estão encurralados. Eles mantêm o acordo com o Irã, buscando desesperadamente acalmar as tensões, mas, no final se alinham com os Estados Unidos. É uma situação que ameaça toda a região.

Um conflito com o Irã significaria uma escalada da violência na península arábica, mas também no Iraque, na Síria, no Líbano e na Palestina.

Coreia: contra flexibilização da jornada

Em 18 de julho, respondendo ao chamado da Confederação dos sindicatos coreanos (KCIU), milhares de trabalhadores entraram em greve e protestaram em frente à Assembleia Nacional contra o projeto de lei que estabelece a flexibilidade da jornada de trabalho.

Essa manifestação foi noticiada por vários jornais coreanos em 19 de julho. Segundo o jornal Hankyorej:

“A Confederação Coreana de Sindicatos (KCIU) organizou uma manifestação diante da Assembleia nacional em 18 de julho para anunciar uma greve geral de protesto contra o que ela considera como uma abordagem pouco rigorosa da atual administração no campo das reformas trabalhistas e da defesa dos direitos dos trabalhado-

res. Uma das principais reclamações da KCIU é a extensão do número de horas de trabalho no sistema de horas de trabalho flexíveis (...).

A KCIU também protestou contra o recente aumento de 2,87% do salário mínimo, que ela considera muito pequeno e uma violação da promessa do presidente, Moon Jae-in, de elevar este salário a 10 mil wons por hora (US\$ 8,52) até o final do seu mandato.”

O Korea Joongang Daily informa que, segundo a agência Yonhap, o ministro do Emprego e Trabalho observou que houve greve em cinquenta locais diferentes, principalmente nas empresas Hyundai Heavy Industries e Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering. O Korea Herald avalia em 50 mil manifestantes diante da Assembleia Nacional.

Argélia: “Vivemos uma virada autoritária”

Ex-deputado Youssef Tazibt, membro da Executiva do PT

Apesar da prisão de sua dirigente histórica, o Partido dos Trabalhadores (PT) continua com o mesmo vigor sua luta por um regime democrático e permanece no centro da atual insurreição popular. Youssef Tazibt, um dos dirigentes do PT faz um balanço da insurreição cidadã, seus avanços e suas crises.

Após cinco meses de insurreição popular pela mudança do regime político, que balanço você faz?

Um balanço relativamente positivo. Foi a mobilização revolucionária de milhões de cidadãos que derrotou a imensa provocação do 5º mandato do presidente Bouteflika e também impediu que fosse prolongado o seu quarto mandato.

Apesar do golpe constitucional que levou Abdelkader Bensalah à chefia do Estado, a revolução também impôs o cancelamento das eleições de 4 de julho, que pretendia salvar o sistema.

Eis o que é repetido em todas as manifestações: “Em 1962 nós libertamos o país, agora queremos libertar o povo”.

Mas a revolução tem grandes dificuldades para atingir seu objetivo; qual a razão? Onde está o bloqueio e quem é responsável por esse impasse?

A revolução não é uma linha reta, não avança de maneira constante. Há pontos de virada, avanços, recuos. As forças contrarrevolucionárias agem para abortá-la. O bloqueio essencial vem do regime, que se recusa a ceder aos milhões que exigem seu fim. A força da revolução vem do fato dela ser sustentada por milhões de pessoas determinadas a chegar à vitória.

Ninguém pode prever como as coisas vão evoluir. De nossa parte, tentamos trazer nossa reflexão, nos-



Youssef Tazibt

sa ajuda para que, pouco a pouco, os cidadãos se auto organizem, primeiro localmente (comunas, aldeias, cidades, universidades...) – o que já acontece em várias regiões – depois tirar representantes no âmbito dos departamentos e enfim a nível nacional.

Por isso participamos da frente única das forças democráticas que envolve sete partidos políticos, uma Liga de direitos humanos e dezenas de personalidades e militantes da democracia. Essa frente recusa a falsa solução da eleição presidencial e defende um processo constituinte soberano para a instalação de uma Assembleia Constituinte.

A eleição de uma Assembleia Constituinte não parece ser unânime...

O que é minoritária não é a proposta da Constituinte mas, sim, a da eleição presidencial que foi rejeitada três vezes pela revolução.

A reivindicação da Assembleia Constituinte existe há um século entre

nós. Foi levantada ainda em 1926, na fundação da Étoile Nord-Africaine (Estrela Norte Africana), primeira organização a exigir a independência nacional. A Constituinte também estava em discussão no dia seguinte da independência, antes que o partido único impusesse uma Constituição elaborada e adotada por pessoas não eleitas. E ela foi recolocada, em 1988, na revolta da juventude.

O chefe do estado-maior, Ahmed Gaïd Salah, está na linha de frente desde a deposição da Abdelaziz Bouteflika, você teme a retomada do autoritarismo e a militarização da vida pública?

Estamos testemunhando uma virada autoritária a partir da prisão arbitrária de Luísa Hanune. Desde então, assistimos a uma terrível regressão. A prisão de Lakhdar Bouregaâ, um autêntico moujahid (combatente da revolução argelina pela independência nacional, NdT) chocou milhões de argelinos. O país se dirige para um impasse de consequências imprevisíveis.

Luísa Hanune, líder do seu partido, está presa há mais de dois meses. Como ela se sente nessa situação?

Luísa Hanune é militante há 45 anos e dirige o Partido dos Trabalhadores

há anos. Ela viveu a repressão desde jovem, prisão em 1983, sequestro em 1988. Ela sofre com a injustiça que a atinge há 70 dias. Em plena revolução ela está impedida de agir, de falar, de estar a serviço do povo, de seu partido, dos trabalhadores, dos jovens...

Mas ela tem uma moral de aço, reforçada pelo apoio forte e inestimável de cidadãos, de partidos políticos, sindicatos... Ela sabe também que em 80 países ao redor do mundo, partidos, sindicatos, parlamentos, deputados, militantes de direitos humanos estão em campanha por sua libertação.

Porém, Luísa Hanune sofre de várias doenças crônicas e corre o risco de complicações a qualquer momento. Ela passou mal na prisão o que nos faz temer o pior.

A sua prisão teve um impacto na coesão partidária, alguns dos seus deputados criticam a posição do PT?

O objetivo da prisão de Luísa Hanune, além de impedi-la de falar e agir, era desestabilizar o PT privando-o de sua secretária geral. A decisão de orientar nossos deputados a renunciarem aos seus mandatos na Assembleia Nacional, tomada em 26 de março pela direção do partido, teve impacto na situação política. A base militante a recebeu com entusiasmo, pois se ajustava perfeitamente às exigências do movimento revolucionário que reivindicava a renúncia do governo e a dissolução das duas casas do parlamento.

Não podemos marchar pela saída do sistema e de suas instituições e, ao mesmo tempo, permanecer dentro dele. Infelizmente, cinco deputados decidiram manter seus mandatos e formaram um grupo com alguns membros da direção, colocando-se fora do partido desde 22 de junho. Abandonaram a reivindicação da Constituinte, se agarram ao parlamento e defendem a manutenção de Bensalah até a realização de uma eleição presidencial. (trechos de entrevista publicada no jornal argelino El Watan em 17 de julho)

COMUNICADO DO PT-ARGÉLIA DE 30 DE JULHO (TRECHOS)

O levante revolucionário do povo argelino reivindica o fim do atual sistema e de todos os seus símbolos.

O diálogo convocado pelo Presidente interino do país tem como único objetivo organizar eleições presidenciais para preservar o regime, salpicado com algumas “reformas”.

Nenhum preso político foi libertado [Luísa Hanune e o Mujahid Lakhdar Bouregaâ continuam presos, NdT]. Essa é questão fundamental que determina o futuro democrático do país.

Para o PT, o único diálogo possível é entre os argelinos (partidos políticos, sindicatos, organizações, personalidades, cidadãos organizados ou não...). Ele deve resultar, como reivindica a maioria, no fim do regime e no estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, única capaz de realizar uma verdadeira refundação política, constitucional e institucional.

Cabe aos argelinos, e somente a eles, escolher livremente a forma e o conteúdo das instituições a serem adotadas para instaurar um novo sistema que acolherá todas as suas aspirações democráticas, econômicas, sociais e culturais.

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br